

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 29/2007

Dispõe sobre a organização e exploração das atividades de comunicação social eletrônica e dá outras providências.

Autor: Dep. PAULO BORNHAUSEN
Relator: Dep. JORGE BITTAR

EMENDA ADITIVA

Insira-se o Artigo 28-A e parágrafos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º, suprimindo-se o inciso I do Artigo 28º do Substitutivo do Projeto de Lei nº 29 de 2007:

“Art. 28º-A. A prestadora do serviço de acesso condicionado, em sua área de prestação, disponibilizará, em todos os planos de serviço, canais de programação de distribuição obrigatória destinados à distribuição integral e simultânea, sem inserção de qualquer informação, da grade ou grades de programação simultâneas e outros dados contidos no sinal de cada geradora local de radiodifusão de sons e imagens, em qualquer faixa de frequência, abertos ou não codificados, cujo sinal alcance a área de prestação do serviço de acesso condicionado e apresente nível técnico adequado.

§1º Incluem-se neste artigo as retransmissoras, dentro da área de prestação do serviço de acesso condicionado, que tiverem conteúdo majoritário em sua programação direcionada ao jornalismo e/ou educação.

§2º Para efeito no disposto no caput e parágrafo primeiro, será não onerosa a obtenção dos canais da emissora geradora e/ou retransmissora, salvo quando esta optar pelo estabelecimento de condições comerciais para distribuição dos sinais de seus canais, hipótese em que a distribuição mencionada deixa de ser obrigatória.

§3º Será objeto de negociação entre a prestadora de serviço de comunicação audiovisual de acesso condicionado e a prestadora de serviço de radiodifusão de sons e imagens, as condições comerciais para obtenção do canal da emissora geradora e/ou retransmissora local diretamente das fontes de geração e retransmissão de sinal eletrônico.



§4º Na hipótese de existir, para os prestadores de serviço de comunicação audiovisual de acesso condicionado impossibilidade técnica comprovada por laudo técnico aceito pela Anatel, que impossibilite o atendimento do disposto no caput deste artigo, os prestadores de serviço de comunicação audiovisual de acesso condicionado ficarão desobrigados de distribuir parte ou totalidade dos canais.

§5º A inclusão dos sinais disponibilizados pelas emissoras de radiodifusão de sons e imagens de caráter comercial, na grade de programação das empresas de distribuição por meio eletrônico, que decorra da autorização da própria emissora ou por força de lei, terá como limite a área de cobertura definida pela própria emissora de radiodifusão.

§6º No caso de serviços pagos que se utilizam de satélites com cobertura nacional para realizar a distribuição, a inclusão dos sinais será decidido entre a geradora e/ou retransmissora e a distribuidora.”

JUSTIFICATIVA

A inserção é uma contribuição para melhor adequação legislativa e técnica, aproveitando os conceitos da legislação em vigor, inclusive constitucionais.

A inclusão das retransmissoras locais que comportem em sua programação conteúdo majoritário de jornalismo e/ou educação é um grande complemento ao Projeto, pois além de possuir praticamente só conteúdo nacional, estimula a produção nacional e local, garante a pluralidade de informação e assegura espaço para cultura regional.

As retransmissoras procuram atender aos interesses da população local e com a qual essa se identifica, pois dissemina a cultura e jornalismo conforme a realidade vivida pela população de sua área de abrangência. Deixar de carregar retransmissoras com essa peculiaridade é cortar o ‘cordão umbilical’ da população atingida e ‘cegar’ esse grupo de pessoas que terão de procurar outros meios para manter contato contextual, informativo e educacional de sua região.

O objetivo não é sobrecarregar de obrigações as distribuidoras de TV paga, mas facilitar e flexibilizar o carregamento das TVs abertas conforme o interesse das populações regionais, levando em consideração, ainda, que todos os seguimentos envolvidos saem ganhando, principalmente o usuário do serviço, o maior interessado.

Com a nova dinâmica do mundo moderno, informação se confunde com educação, pois a informação de hoje é a história de amanhã, formando a cultura e se transformando na educação de um povo. Ofertar variados e maior quantidade de horários para a população se informar, com a inclusão das retransmissoras



locais com conteúdo majoritário em sua programação específica jornalística e/ou educativa, é proporcionar maior acesso e desenvolvimento cultural.

Como o PL quer garantir a diversidade e a competitividade saudável do mercado, nada mais pertinente é se permitir que o próprio mercado se auto regule conforme seus respectivos interesses, o que também atinge favoravelmente o consumidor, uma vez que se pretende baratear o custo do serviço ofertado, a democratização no acesso à informação e acesso isonômico à programação nacional.

A TV aberta agrega valor ao serviço em todos os sentidos, principalmente em relação ao conteúdo nacional quer seja eventos, telenovelas, jornalismo, esporte entre outros. Assim é sustentável que se confira o mais amplo espaço possível às livres forças de mercado, tornando a intervenção da autoridade estatal a exceção do que a regra.

Sala das Comissões, em de de 2007.

PAULO ROBERTO
Deputado Federal



228EAE27